



NÃO PINTCHA

* ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS; AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONE: 3713/3726/3728

B I S S A U

EDITORIAL

A 11 de Novembro de 1975 numa das cidades de Angola, ainda ameaçada pelas forças racistas e imperialistas, o camarada Agostinho Neto proclamava solenemente a República Popular de Angola e assim nascia uma Nação Africana, a África sentia-se mais livre e o imperialismo internacional sofria mais uma derrota das muitas que o conduzem irremediavelmente ao colapso.

Um ano depois dessa célebre data que marcou uma etapa importante na História do processo revolucionário africano, comemorámos ao lado dos nossos irmãos e companheiros de armas angolanos o 1.º aniversário da sua independência pela qual lutaram de uma forma exemplar não só contra o colonial fascismo português mas também contra os racistas da África do Sul, contra os imperialistas e os seus agentes.

Mas o dia 11 não marca apenas o primeiro aniversário de Angola. Marca também a importância que teve para a África o fracasso do imperialismo na sua tentativa de se instalar em Angola e de portanto continuar a dominar o povo angolano e os outros povos vizinhos.

A rota do povo angolano para a independência foi penosa visto que depois de uma longa e corajosa luta contra o colonial fascismo português, que o conduziu ao triunfo da sua justa causa da liberdade da Independência, Angola teve que fazer face a uma criminosa agressão de que foi vítima por parte do imperialismo que, preocupado em manter sob o seu controle os seus recursos naturais e humanos, não hesitou em atacar o pacífico povo angolano no que foi auxiliado pelos divisionistas e tribalistas da FNLA e da UNITA e por esses inimigos declarados da África que são os racistas comandados por Vorster.

Depois de uma dupla vitória o povo angolano está engajado na luta pela reconstrução do país e pela liquidação de todas as sequelas do colonialismo.

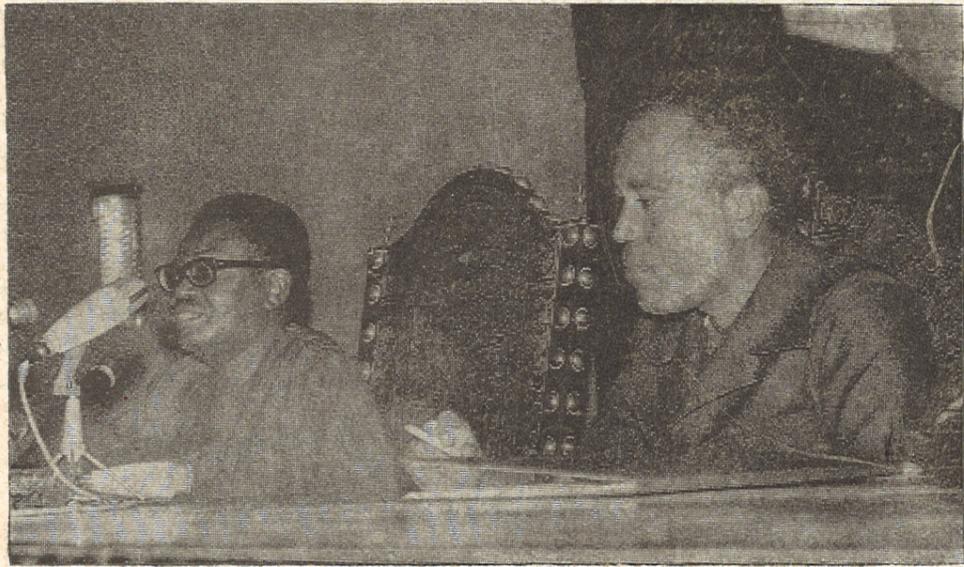
Importantes vitórias já foram alcançadas no meadamento nos campos da economia, da assistência social, da saúde pública e da educação. Os cidadãos angolanos têm hoje finalmente a possibilidade de aproveitar os resultados da vitória conquistada após longa luta libertadora.

Mas a luta continua pois os imperialistas ainda não aprenderam na perspectiva histórica e mantêm-se agarrados na vã esperança de instaurar um regime neo-colonialista em Angola. Continua, porque não faltarão agressões, provocações e sabotagens destinadas a parar a marcha vitoriosa do povo angolano para o progresso. Continua, porque não faltarão Holdens, Savimbis e Chipendas que, habituados a viver sob as botas dos seus patrões imperialistas, não hesitarão em trair os seus irmãos para satisfazerem os seus sinistros planos.

Mas, apesar de todas as manobras, a vitória é certa porque Angola não está isolada pois a luta do povo angolano é a luta de todos os povos progressistas, de todos os povos amantes da paz, da liberdade e do progresso; é a luta de todos os povos africanos para se libertarem desse bastião imperialista no Sul da África cuja existência constitui um verdadeiro insulto à personalidade africana.

É certa porque nada, nem ninguém, poderá parar o povo angolano na sua marcha irreversível para a construção de uma Pátria próspera em memória daqueles seus melhores filhos que tombaram, ou hão-de tombar, na defesa da liberdade, da dignidade e do progresso do povo angolano e na edificação de uma Angola livre e independente ao serviço da África e da Humanidade.

ANIVERSARIO DE ANGOLA: TELEGRAMA DO CAMARADA LUIZ CABRAL PARA O PRESIDENTE AGOSTINHO NETO



Luta comum contra os inimigos do Povo e da Paz.

Por ocasião do primeiro aniversário da República Popular de Angola, o camarada Luís Cabral, Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, enviou ao camarada Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola o seguinte telegrama:

«Neste momento histórico em que o povo irmão de Angola celebra o primeiro aniversário da sua independência, em nome do povo da Guiné-Bissau, do seu Partido, do Conselho de Estado e em meu nome próprio, endereçamos com

alegria a Vossa Excelência as nossas saudações fraternais. A Vossa Excelência, ao valente povo angolano e aos heróis militantes do MPLA que sob a vossa direcção clarividente souberam fazer face às manobras imperialistas racistas para salvar as conquistas da revolução angolana. A solidariedade indefectível existente entre os nossos dois povos, governos e Partidos, tecidos ao longo dos duros anos de guerra, constituem uma arma indubitável da nossa luta comum contra os inimigos do Povo e da Paz. Reafirmamos com hon-

ra a determinação absoluta do povo da Guiné-Bissau no sentido de reforçar e aperfeiçoar incansavelmente os laços de fraternidade e cooperação que unem os nossos dois povos, governos e Partidos. Aproveito esta feliz ocasião para transmitir os nossos votos de prosperidade para a sua pessoa e para o povo angolano, no prosseguimento da vossa conduta esclarecida com vista a novas vitórias sobre a máquina imperialista e racista da África do Sul, artimanha com que se pretende travar a revolução angolana».

Agostinho Neto Presidente do MPLA OS NOSSOS INIMIGOS NAO DEPOEM AS ARMAS

LUANDA (AFP) — A comemoração do primeiro aniversário da independência de Angola foi marcada, na quinta-feira de manhã em Luanda, por um gigantesco «meeting» popular, que reuniu vários milhares de militantes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

No discurso que pronunciou, Agostinho Neto afirmou que a defesa da soberania e da segurança do país continuava a ser uma das preocupações mais importantes do Movimento e do Governo.

«Os nossos inimigos não depõem as armas, disse, e

nós devemos liquidar definitivamente os últimos restos dos fantoches».

Agostinho Neto acentuou, igualmente, sobre a necessidade «dinamização da aliança operário camponesa». O chefe do Estado angolano saudou em seguida os numerosos convidados, que participaram nessa manifestação, entre os quais os chefes de estado de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e o camarada João Bernardo Vieira (Nino), Presidente da Assembleia Nacional Popular e Comissário de Estado das Forças Armadas, que chefia a nossa delegação.

Iniciou o Primeiro Seminário de Quadros da Educação da Guiné e Cabo Verde

Iniciou-se anteontem, às 16h 45min, no salão Abel Djassi, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, o Primeiro Seminário de Quadros da Educação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, o acto de abertura foi presidido pelo camarada José Araújo, membro do Comité Executivo de Luta e Secretário de Organização do Partido.

O seminário prosseguirá até ao dia 15 de Novembro, com debate dos seguintes pontos expostos no programa:

Visita do Presidente Luiz Cabral a RDA

BERLIM (ADN) — Os jornais da RDA endereçavam ontem saudações calorosas de boas-vindas a Luiz Cabral, Secretário-Geral adjunto do PAIGC e Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau. As palavras de saudações estavam escritas em português e alemão, dirigidas a Luiz Cabral que chegou ontem a Berlim.

No «Neues Deutschland» lia-se: «Cordialmente bem-vindo, camarada Luiz Cabral»; o «Berliner Zeitung» titula: «Berlim cumprimenta Luiz Cabral»; e o jornal «National-Zeitung»: O povo da RDA cumprimenta a Guiné-Bissau». O jornal da juventude de «Junge Welt», titula em manchete: «A nossa juventude saúda os hóspedes da Guiné-Bissau».

Os jornais publicaram fotos de Luiz Cabral e apresentaram aos seus leitores uma curta biografia sua. Como já nos dias precedentes, eles informavam, com fotos e artigos, sobre a luta, coroadada de êxito, do povo da Guiné-Bissau contra o colonialismo, e pela reconstrução de uma vida nova. Havia igualmente comentários realtivos à visita. As ruas por onde passou a delegação estavam ornamentadas com bandeiras da RDA e da Guiné-Bissau.

ma: o ensino na Guiné-Bissau, o ensino em Cabo Verde, estrutura do sistema nacional do ensino e sistema de avaliação, formação profissional, organização do Comissariado, actividades políticas e extra-escolares, alfabetização, saúde e educação sanitária nas escolas, organização escolar no ensino secundário, e formação do pessoal docente. O seminário visa fundamentalmente fazer uma coordenação harmoniosa dos trabalhos entre os dois departamentos de ensino na Guiné e em Cabo Verde.

Quem é o culpado?

Queira desculpar porque isto é demais. O que se passou comigo é justamente o mesmo que está a passar, agora, com um colega meu. Portanto não posso estar mais calado. Calar demais deve fazer mal.

Pois, para evitar de deslocar a Bissau, a pessoa vai à Delegação de Gabú tratar do seu bilhete de identidade. Para ser atendido mandam-te à estação postal para pagar e trazer o respectivo vale interno para ser entregue junto ao pedido. Depois de tudo pronto para seguir pergunta-se: Quando é que devo voltar para levantar o bilhete?

A resposta é sempre: Talvez daqui a um mês, mas pode mandar perguntar de vez em quando, porque lá em cima às vezes há plástico e às vezes não há. Vejam só. Uma vez fui lá tratar do meu bilhete de identidade, porque em Bafatá não havia tinta ou impressos — os empregados não foram muito claros. Passaram-se quase 45 dias e nada resolvido. Voltei lá umas três vezes, mas o camarada do Registo Civil tirava sempre uma pasta grossa, perguntava-me o nome e mostrava-me o duplicado da carta que acompanhou o pedido com o recibo dos Correios.

Nesta lenga-lenga, pagando por cada vez 80 pesos de ida e volta, (excepto uma vez que consegui boleia) resolvi fazer o que eu não queria. Ir a Bissau onde finalmente consegui levantar o meu bilhete de identidade. Veja se isto é certo. Agora aproveito para perguntar: Quem é o culpado disso?»

Boa Vista

Fiscalização

«Há algumas semanas ouvi na rádio as palavras de um tal camarada que perguntou quem tinha a culpa das coisas serem caras. Mas perguntou também, por que outras pessoas compram também garrações e tambores de vinho e mais outras bebidas para revenderem em suas casas sem terem licença de exploração?»

Nós que temos licença não temos o direito de comprar nada e para conseguir um ou dois garrações de vinho é preciso dormir na bicha e, mesmo assim, às vezes, não se consegue nada.

Depois, quando chegar o momento de pagar as contribuições, não teremos nenhum peso e a licença será cancelada. Por exemplo, cá em Bissau, em quase todos os bairros existem essas tabernas de candonga. Mas por quê? É por falta de fiscais? Acho que não há falta de fiscais e não é porque eles não vêm essas tabernas. Eles não se interessam por isso, só se preocupam com os seus salários».

Joaquim Silva

Equipa de futebol chinesa chegou a Bissau para disputar dois jogos

A selecção de futebol chinesa de Liaoning chegou ontem de manhã a Bissau, via Portugal, para disputar dois jogos com equipas nacionais, o primeiro no próximo dia 13, no Estádio Lino Correia. A equipa é composta por 18 jogadores, um médico e dois treinadores. É dirigida por uma delegação de departamentos desportivos chineses chefiada por Liu Mu, deputado e director da Comissão para a Educação Física e Desportos da Província de Liaoning, Yu Ching-Cheng, Deputado e Secretário-Geral da Associação de Futebol da província de Liaoning, e Ho Hsi-Sheng, Secretário do Departamento Internacional da Comissão para a Educação Física e Desportos da República Popular da China.

«Tanto a China como a Guiné-Bissau — disse o chefe da delegação, Liu Mu, na sua chegada ao aeroporto — pertencem ao Terceiro Mundo e no passado tiveram os mesmos sofrimentos na história. Isto é, estiveram sujeitos à reacção, opressão, e exploração imperialista e colonialista. Durante a luta contra o imperialismo e o colonialismo, os nossos dois povos sempre se apoiaram e estimularam-se mutuamente formando profundos laços de amizade combativa».

«A visita que o camarada Adelino Nunes Correia, Comissário da Juventude e Desportos, efectuou ao nosso país, contribuiu bastante para aumentar a compreensão e amizade entre os nossos povos e círculos desportivos. A equipa de Liaoning, a primeira da China a visitar a Guiné-Bissau é portadora de melhores saudações do povo e dos trabalhadores da China para o povo, trabalhadores e círculos desportivos da Guiné-Bissau».

«No momento em que o povo chinês, sob a direcção do Comité Central do Partido Comunista Chinês e encabezado pelo presidente Hua Kuo-Feng, herdeiro da vontade deixada expressa pelo Presidente Mao Tsé Tung, temos conseguido esmagar a clique anti-partido do bando dos quatro e estamos a realizar novos esforços para conseguir novas vitórias na construção da revolução socialista do nosso país».

«O povo chinês está decidido a prosseguir a vontade legada pelo grande líder,

o presidente Mao, e a aplicar firmemente a linha revolucionária nos assuntos externos estipulada pelo presidente Mao, no sentido de colocar-se sempre ao lado dos grandes povos africanos, para estimularem-se mutuamente a fim de conseguir maiores vitórias».

«Estou convencido de que esta visita vai servir para aumentar ainda mais a amizade e compreensão entre os jogadores dos nossos dois países. Viemos aqui para aprender com os jogadores da Guiné-Bissau e estou convencido que, com a sua ajuda, a nossa visita terá um grande êxito. Para terminar, faço votos para novas vitórias da Guiné-Bissau no caminho de avanço, sob a direcção do seu presidente Luiz Cabral.»

Nacionalização da Guinémar

Integração de nacionais na Função Pública

A Empresa Nacional e Agência de Transportes Marítimos, Guinémar, foi nacionalizada no dia 4 deste mês. Era uma sociedade mista. 75 por cento do capital pertencia à Companhia Nacional de Navegação Portuguesa e 25 por cento à Casa Gouvêia. A empresa trata de assuntos relacionados com entradas e despesas dos navios estrangeiros no porto de Bissau, do transporte fluvial, e de jangadas, dentro

do país. Segundo o camarada Marcos Tomás Lopes, delegado do Governo para a direcção da empresa, ela deverá dar muito mais rendimentos agora, nas mãos do Estado. E como as despesas dos navios estrangeiros são pagas em divisas, passa a ter uma dupla importância essa nacionalização.

As negociações para a passagem da Guinémar

para o nosso Governo foram feitas em Bissau, com representantes portugueses da Companhia Nacional de Navegação. O acordo especifica que a companhia portuguesa deixará na Guiné-Bissau os técnicos que já trabalhavam aqui, que continuarão a receber seus salários através de Portugal. Os nacionais, empregados na Guinémar passaram para a função pública.

Porcos chegaram da RDA

Quinze porcos chegaram a Bissau na segunda-feira passada, num avião especial da República Democrática Alemã. Foram enviados pelo Comité de Solidariedade da RDA para o Comissariado de Agricultura e Pecuária e destinam-se ao desenvolvimento da suinocultura. Os porcos foram levados do aeroporto para Bissalanca, de onde seguirão para Cantchungo, onde permanecerão em quarentena.

RESPONDE O POVO

Mercados Municipais — 1

Grande parte da população de Bissau faz suas compras nos quatro mercados municipais que existem na cidade. Em Bandim, Santa Luzia, Ajuda, ou no do centro. Determinados produtos só são encontrados nas bancas dos pequenos comerciantes desses mercados, nos cestos, que as mulheres espalham pelo chão, á procura de fregueses. Mas como estão a funcionar esses mercados? Quais são os principais problemas com que se defronta o consumidor e o próprio vendedor? Existem muitas críticas, mas quais são elas e de que forma podem ser resolvidas? Três pessoas, dois consumidores e o encarregado do Mercado de Bandim, falam sobre isso.

Serafina Mendes, 36 anos, doméstica — «Costumam acontecer irregularidades na pesagem dos produtos e os preços nem sempre correspondem aos atribuídos. Várias vezes verifiquei que isso acontece no mer-

cado. Pagamos muito caro por uma quantidade muito pequena apesar de existirem uma série de fiscais para controlarem o funcionamento geral do mercado. Realmente acho que os fiscais deveriam reforçar

o seu serviço e tomar atitudes quando acontecem casos como esses. O maior problema aqui é para comprar carne ou peixe. Há sempre aglomeração de pessoas, bichas e é claro que apenas um talho não é suficiente para toda essa gente. Compreendo essa dificuldade na medida em que penso que deveria haver mais talhos, pelo menos aqui na cidade onde é mais difícil comprar carne porque toda a população se concentra nesta área para fazer esse tipo de compra».

Rosa Sanhá, 28 anos, doméstica — «Os preços são

muito exagerados no mercado. Os produtos são pesados, correctamente mas de um modo geral os preços são muito elevados. E são os fiscais que deviam ocupar desses problemas, verificar a pesagem, fazer o controle. Apesar de achar tudo isso, não tenho nenhuma sugestão, isso deve ser resolvido pelos responsáveis. Uma outra coisa que acontece aqui com frequência é confusão para se conseguir comprar carne. A bicha começa de manhãzinha e vai até às 12, 13h. E isso quando acaba, algumas vezes as pessoas não conseguem com-

prar o que queriam. Acho que esse problema deveria ser resolvido e uma das formas é criar mais mercados para a venda de carne. Penso que o horário de funcionamento do mercado de Bandim é bom — está aberto sempre, todos os dias».

José Luis Monteiro Júnior, 30 anos, segundo encarregado do mercado de Bandim — «Nós abrimos o mercado sempre às 7h mas a hora para encerramento não é fixa. Às vezes, na última hora, chega um carro com mercadorias e nós precisamos esperar o desembarque

dos produtos. A questão dos preços já levantou vários problemas mas nós não sabemos qual é a forma mais correcta de agir. Geralmente, quando há uma quantidade suficiente de produtos, não surgem desentendimentos. Mas assim que há falta o preço aumenta. Se é só uma pessoa que tem um determinado produto para vender exagera imediatamente no preço. Em certos momentos quando observamos que algum vendedor está cobrando preços absurdos tentamos multar. Não é fácil, somos criticados.

Conselho de Ministros aprovou decreto sobre taxa militar

O Conselho de Ministros, reunido em sessão ordinária semanal sob a presidência do Chefe do Estado, camarada Aristides Pereira, aprovou um decreto que regula a questão de taxa militar a que estão sujeitos todos os caboverdianos compreendidos pela obrigação de prestação de serviço militar e que, por qualquer motivo, não tenham prestado o tempo normal de serviço às Forças Armadas Revolucionárias do Povo.

A partir da entrada em vigor do decreto sobre a taxa militar, a 1 de Janeiro próximo, a regularização da situação militar será exigida a todo o cidadão que pretende obter um certificado ou licença militar para os

efeitos fixados pela lei. Ficam dispensados do pagamento da taxa militar os cidadãos caboverdianos que venham prestar 5 anos consecutivos de serviços nas Milícias Populares.

O Conselho de Ministros ouviu as informações do Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, camarada Manuel Faustino, sobre os esforços de organização do sector da Saúde e Assuntos Sociais e sobre os resultados positivos já obtidos neste curto espaço de tempo no que respeita à dotação dos serviços de saúde de quadros capazes de satisfazer as necessidades do povo nesse domínio de tamanha importância.

O Conselho de Ministros

constatou esses resultados positivos e encoraja todos os responsáveis e servidores do Estado, nesse sector como nos outros, a prosseguir com firmeza os esforços de organização e de aproveitamento racional dos meios humanos e materiais de que dispomos, como única via de reconstrução nacional e de alcançar os objectivos do Programa Maior do Partido.

O Conselho de Ministros constatou com satisfação, por outro lado, a evolução positiva que sofreu a situação sanitária da ilha de Santiago, que se encontra perfeitamente contralada.

O Ministro da Agricultura e Águas camarada Sérgio Centeio, informou igual-

mente o Governo sobre a situação agrícola do país, tendo-se verificado que se confirmam as previsões feitas pelo camarada Presidente da República na sua comunicação no dia 15 de Setembro passado.

Perante o mau ano agrícola, o Conselho de Ministros reafirmou as posições já tomadas em anteriores reuniões extraordinárias sobre o assunto e exorta todos os departamentos do Estado, bem como a organização do Partido, à cooperação mais estreita possível para se levar à prática o plano de emergência já traçado, de modo a preservar o nosso povo das consequências de mais um ano de seca.



AMÍLCAR CABRAL

III. As leis portuguesas de dominação colonial

[...] n) As suas questões de natureza judicial não são julgadas pelos tribunais comuns e o seu «juízo compete ao juiz municipal» (Base LXV da Lei Orgânica do Ultramar).

Estes factos da realidade quotidiana da vida pública e privada do africano da Guiné «portuguesa», determinados pela própria lei portuguesa e verificados na prática, demonstram claramente que o povo deste país está privado, em absoluto, dos direitos fundamentais do homem. Mas estão longe de atestar as violências, os abusos, os crimes e as sevícias de toda a espécie a que são submetidos pela dominação portuguesa, os homens, as mulheres e as crianças africanas da Guiné «portuguesa», feridos há séculos na sua dignidade humana. Tudo isto aliás, é suficientemente conhecido da opinião mundial e da ONU.

«No que se refere à minoria de africanos considerados, em princípio, como cidadãos portugueses, o gozo dos direitos fundamentais do homem é limitado, tanto pelas barreiras e subterfúgios da discriminação económica e racial, como pela própria natureza do Estado português. Quando é mesmo o povo português, despertado pela luta de libertação nacional dos povos colonizados por Portugal de uma letargia de quase meio século, que se levanta, cada dia mais unido e corajoso, para reivindicar os direitos fundamentais do homem, compreende-se então facilmente que os africanos-cidadãos da Guiné «portuguesa» nunca tenham usufruído esses mesmos direitos».

«A condição de cidadão adquirida por um africano é, aliás, revogável perante uma justificação proposta pela autoridade administrativa competente (art. 64 do Estatuto da Guiné «portuguesa»).

«Isso quer dizer que a condição de homem da minoria humana da população africana (0,3%) depende dos caprichos da autoridade administrativa».

«Seria deslocado, por todas estas razões, apreciar o problema da aplicação das liberdades fundamentais na Guiné «portuguesa». Por maior que seja o receio que sente o Governo colonial-fascista de Portugal perante a oposição portuguesa e a prática da democracia no seu próprio país, esse Governo nunca faria a «injustiça» de conceder e garantir as liberdades fundamentais aos guineenses (indígenas ou africanos-cidadãos), quando as nega e sufoca nos próprios cidadãos portugueses».

6. Organização Administrativa

«De acordo com o artigo 1 da Reforma Administrativa do Ultramar, a administração da Guiné, na sua qualidade de «província portuguesa» e «parcela do território da Nação» (art. 1 da Constituição) é confiada a um Governador que representa a soberania portuguesa. «A orientação superior e o controle de todos os serviços, incluindo das funções legislativas e executivas, competem ao ministro do Ultramar».

* Relatório geral sobre a luta de libertação nacional apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, realizada em Dakar de 12 a 14 de Julho de 1961.

Camarada Pedro Pires convidado a visitar Portugal

Segundo noticia o jornal português «O Diário», o camarada Pedro Pires, primeiro-ministro da República irmã de Cabo Verde, foi convidado, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, Medeiros Ferreira, a visitar oficialmente Portugal.

O convite foi dirigido através do embaixador caboverdiano, camarada Corsino Fortes, no decorrer de uma reunião realizada no Palácio das Necessidades. Na reunião foi assinado um acordo entre os dois países nos domínios do ensino, formação profissional e da saúde.

Medeiros Ferreira afirmou tratar-se de um acordo que se «insere no quadro da cooperação entre os dois países, cooperação essa que se tem vindo a desenvolver desde a independência de Cabo Verde, de forma exemplar».

Por seu lado, o camarada Corsino Fortes salientou que «esta aproximação é fruto dos laços fraternos que unem os dois povos, os quais têm por base um património cultural comum».

SANTO ANTÃO: SEMINÁRIO DE QUADROS

Iniciou-se na Ribeira Grande um seminário de quadros, a nível de base, que terá a duração de dois meses. Na sessão de abertura, a anteceder a primeira lição, o camarada Corsino Tolentino, primeiro responsável político da ilha, fez uma breve análise da importância dos seminários de quadros, nomeadamente na ilha de Santo Antão. As aulas diárias têm a duração de duas horas, sendo a primeira dedicada à exposição e explicação de assuntos e a segunda preenchida com debates sobre a matéria exposta. Entretanto, alguns minutos que antecederem a abertura das aulas são dedicados a informação.

De realçar a participação dos militantes e simpatizantes inscritos no seminário, na parte dedicada aos esclarecimentos e perguntas. No decorrer das aulas já foram expostos e estudados os seguintes temas:

«Origem do Homem e o aparecimento da sociedade humana»; «Noções elementares de Filosofia: Idealismo e Materialismo» e «Breve história das religiões».

Cabo Verde NOVO MEMBRO DA UIT

Com o depósito no Secretariado-Geral do instrumento de adesão do Governo à Convenção Internacional das Telecomunicações de Málaga-Torremolinos (1973), a República de Cabo Verde tornou-se o 151º membro da União Internacional das Telecomunicações (UIT).

A UIT é a instituição da ONU (Organização das Nações Unidas) no domínio das Telecomunicações.

Abertura do novo ano escolar

Realizou-se no Liceu «Ludgero Lima», a sessão solene de abertura das aulas do ano lectivo de 1976/77. Abriu a sessão o camarada Pinto, Director do estabelecimento de ensino que falou das actividades escolares e fez um apelo no sentido de uma maior produção por parte dos alunos, professores e empregados no ano lectivo que se inicia.

Interviu depois o camarada Augusto Costa, Director Nacional da Educação, que abordou a problemática do ensino em Cabo Verde nos últimos anos, particularmente a falta de quadros preparados. Maior sentido de responsabilidade da parte dos professores, alunos e pais foi pedido pelo camarada Augusto Costa, que ainda forneceu, comentando-

os, os dados estatísticos referentes ao ano lectivo passado.

O camarada Director Nacional da Educação exortou, a terminar, os professores e alunos a fazer do ano que se inicia o primeiro da recuperação do ensino em Cabo Verde.

Por último, falou o camarada Luís Fonseca, que sublinhou especialmente a atenção que o nosso Partido e o nosso Governo dedicam ao Ensino, sector de extrema importância na reconstrução Nacional, chamando a atenção para a necessidade de todos corresponderem a esse grande esforço.

Depois foram entregues os prémios aos alunos mais classificados no ano lectivo de 75/76.

Análise da situação Actual da Agricultura

A Direcção Regional do Partido reuniu-se com os militantes e representantes das organizações de massas a fim de serem tratados assuntos importantes para a solução de diversos problemas do Conselho: o desenvolvimento comunitário, as campanhas a serem desencadeadas para a mobilização da população no sentido da sua participação voluntária no trabalho e uma quotização para suprir necessidades de material.

S. Vicente problemas discutidos no Conselho

Sob a presidência do camarada ministro da Agricultura e Águas, Sérgio Centeio reuniu-se o Conselho Técnico Coordenador daquele Ministério, com a seguinte ordem do dia:

1 — Situação actual da Agricultura no país; 2 — Relações humanas dos responsáveis e técnicos do Ministério da Agricultura e Águas; 3 — Análise do documento agrícola em Cabo Verde e uma via para o seu desenvolvimento; 4 — Informações.

MOBILIZAR TRABALHADORES PARA OS SEUS PROBLEMAS: TAREFA DA UN

A União Nacional de Trabalhadores da Guiné-Bissau mudou de direcção no início de Setembro. Na última reunião do Conselho Superior da Luta do PAIGC, José Pereira foi nomeado para assumir as funções de secretário-geral da organização sindical. O relatório apresentado pelo Secretário-Geral, camarada Aristides Pereira justificava essa atitude, explicando que «práticas incorrectas haviam desviado a direcção dos seus objectivos estatutários». Em dois anos de actividade, a central única dos trabalhadores ainda não havia sido estruturada para corresponder às necessidades de mobilização. No período colonial, os sindicatos estavam organizados para serem dirigidos por determinados indivíduos identificados com o regime colonial-fascista português. Eram constituídos por um número aproximado de 400 a 500 sócios, mas o Governo exigia várias condições para aceitar filiados. Uma delas: só trabalhadores que possuíam o diploma da instrução primária podiam ser admitidos.

A organização sindical herdada do colonialismo não defendia interesses dos trabalhadores. Esse foi um dos aspectos que a U.N.T.G., a organização sindical do Partido procurou modificar, após o fim da guerra. Para isso, seria necessário dar uma nova estrutura ao seu funcionamento, possibilitando uma actuação concreta no processo de reconstrução nacional. Assim foram constituídos alguns comités encarregados de mobilizar trabalhadores nos locais de trabalho. Mas essa tarefa não avançou.

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE SÓCIOS

Actualmente, o Sindicato controla a maior percentagem dos trabalhadores do sector privado e procura alargar a sua base de apoio para o sector público. No cam-

po de emprego estatal, apenas os funcionários dos Armazéns do Povo e da empresa de transportes colectivos, Siló Diata, estão vinculados à UNTG. Os restantes ainda não possuem qualquer contacto com a central única. José Pereira, após ter estudado de um modo geral a situação da organização, acredita que é necessário estimular a participação dos trabalhadores, reformulando métodos de actuação em conformidade com novos projectos:

«Até agora o Sindicato não correspondeu positivamente aos seus objectivos. Isso é um facto, não podemos negar. Tenho consciência que uma percentagem muito elevada de funcionários não sabe sequer o que significa a União Nacional dos Trabalhadores e que outros, um pouco melhor informados, já ouviram falar vagamente do seu

sindicato. Na realidade existe um número muito reduzido de funcionários, de qualquer sector de actividade que conheço o funcionamento da estrutura sindical, que tem uma noção da importância do sindicato na vida política de um país.

Pensamos que todos esses problemas não poderão ser resolvidos de um dia para o outro. A falta de quadros é um factor que necessariamente prejudicará o nosso trabalho de implantação e esclarecimento. De qualquer forma, nesta primeira fase é fundamental alargar as bases de apoio do sindicato, mobilizar trabalhadores para que eles discutam os seus problemas. Tentaremos fazer isso. Através da ampliação do número de sócios procurando o filiar também os funcionários do estado. Um dos projectos que pensamos pôr em prática é constituir um sindicato de base para trabalhadores agrícolas, que deverá funcionar em carácter experimental até que seja possível estabelecer uma estrutura definitiva.

No aspecto da função pública, o direito de associação no sindicato poderá ser extensivo aos funcionários do governo empregados na saúde, mas isso é um plano para o futuro. Só será possível numa fase mais avançada, quando já existir um trabalho efectivo com os sócios actuais, quando tivermos possi-

bilidades de atribuir carreiras profissionais. Agora, até para controlar o campo de emprego no sector privado temos algumas dificuldades.

Antes de todos esses projectos serem encaminhados precisaremos solucionar um problema técnico, que contribui para entrar em grande parte a actuação do Sindicato. A questão da assistência aos trabalhadores ainda não foi resolvida de acordo com um plano conveniente. Existem duas caixas de previdência encarregadas de prestar apoio aos trabalhadores nos seus direitos de aposentadoria, reforma, invalidez: a Caixa Sindical e a Caixa de Previdência da Função Pública. Os trabalhadores estão divididos por esses dois departamentos. Enquanto não houver uma fusão das duas organizações ou não for criado um órgão único encarregado da assistência, será inútil tentar sindicalizar funcionários públicos.

Para que a função pública seja enquadrada nos estatutos seria necessário que tivesse uma relação directa com o Sindicato através de uma instituição única que garantisse o cumprimento dos direitos sociais dos trabalhadores. Sem a solução dessa dualidade, teremos bastante dificuldade para conseguir entender o direito de sindicalização ao sector estatal.



Objectivos da UNTG: aumentar a participação d

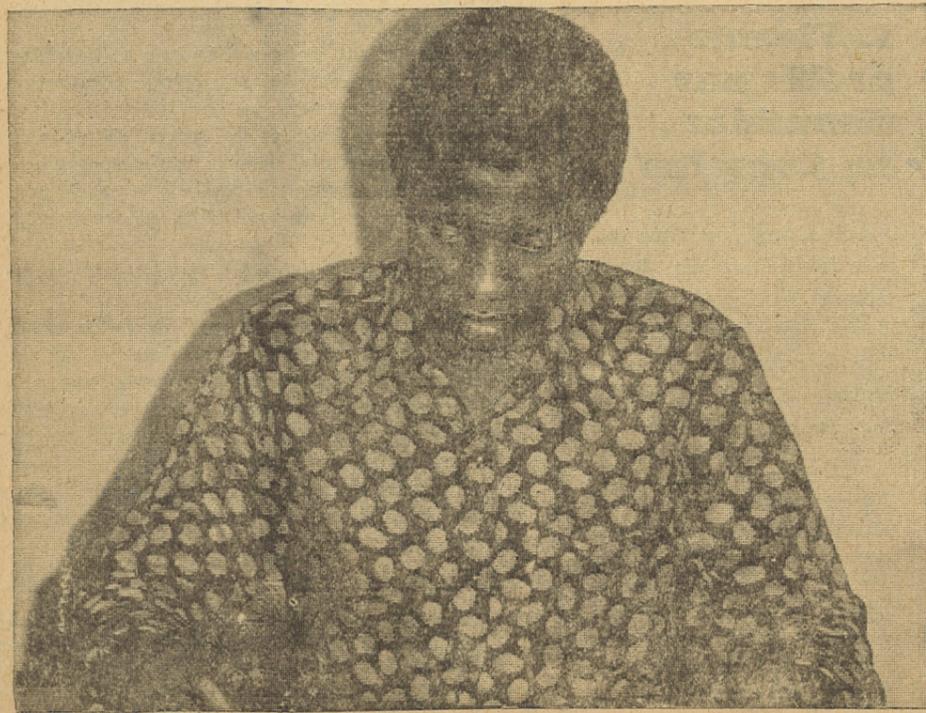
Das possibilidades de alargar o número de profissionais sindicalizados dependem muitos projectos. Só depois de conseguirmos uma implantação em todos os sectores profissionais, poderemos pensar em regulamentar o emprego através da elaboração de contratos colectivos de trabalho para cada sector. Isso seria possível quando não houvesse mais dualidade entre

funcionários do estado de instituições privadas quando estivesse concretizada a fusão dos departamentos de assistência que funcionaria sob a dependência do Sindicato.»

INFORMAÇÃO PARA TRABALHADORES

O campo de emprego no sector estatal e nas pequenas empresas pr

Analfabetismo e falta de participação: factores



José Pereira, novo secretário-geral da União Nacional

Os trabalhadores da Guiné-Bissau vivem há dois anos um processo de libertação. Muitos estão distantes dessa realidade, quase marginalizados. As dificuldades na mobilização das classes produtivas não acontecem por acaso, estão ligadas a problemas mais gerais. Um dos factores importantes é o analfabetismo. A falta de conhecimento impede o desenvolvimento da consciência, gera o desinteresse. Agora, a UNTG pretende contribuir para a solução das duas falhas simultaneamente, alfabetizando trabalhadores. José Pereira, secretário-geral da organização é também um dos membros da Comissão

Nacional de Alfabetização.

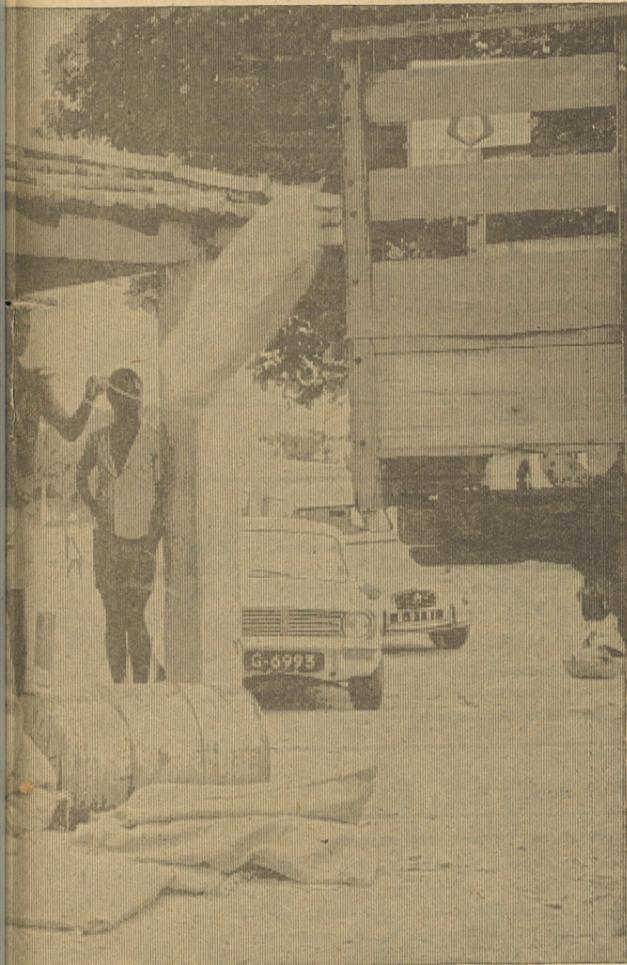
«Solucionar os problemas decorrentes do analfabetismo seria decisivo para pôr em prática o nosso trabalho. Tudo será mais acessível depois de conseguirmos alfabetizar os trabalhadores. Para nós, uma coisa é clara: num país com 96 por cento de analfabetos é quase impossível exigir a participação massiva dos trabalhadores. Os dois problemas estão relacionados e pretendemos que eles sejam solucionados aos poucos, mas simultaneamente.

A nossa actividade nesse campo depende ainda do plano geral que será estabelecido pela alfabetização. Aí serão defini-

dos os sectores prioritários e os núcleos que deverão ser incentivados imediatamente. Quando isso for discutido defenderemos os direitos dos trabalhadores em geral, não apenas dos sócios do Sindicato. É evidente que mesmo um funcionário que não seja sócio, depois de alfabetizado, perceberá muito mais facilmente a necessidade de filiação num organismo em que estão agrupados os trabalhadores. Compreenderá a força e a importância do Sindicato.

Na nossa própria actuação na área agrícola, nas primeiras diligências que serão feitas para estudar as possibilidades da criação de um Sindicato de base para traba-

QUE ELES PROPRIOS DISCUTAM O UNICAT, UM ORGAO EM REESTRUTURAÇÃO



Trabalhadores e ampliar bases no sector público

vadas apresenta caracte-
rísticas distintas. Além da
separação no serviço de
assistência, os funcioná-
rios públicos têm um sa-
lário mínimo fixado por
lei que corresponde a
2.400 pesos mensais. Nos
estabelecimentos priva-
dos isso ainda não existe.
Ainda não foi criada uma
legislação para regula-
mentar tabelas salariais.
Todos esses aspectos de-
vem ser estudados pelos
responsáveis sindicais ao

conceberem um projecto
de reestruturação. Em
dois anos, pouca coisa
modificou o quotidiano
dos trabalhadores em
termos de participação.
Agora, isso deverá mu-
dar. Pelo menos, essa é a
impressão do novo direc-
tor.

«Antes de qualquer ou-
tra coisa teremos que di-
namizar a vida sindical.
Isso só será possível com
um trabalho profundo
de esclarecimento entre

os associados, através do
trabalho de quadros polí-
ticos especializados e da
actuação de um departa-
mento de informação e
propaganda que deverá
funcionar no mesmo ní-
vel. Nós teremos que co-
ordenar a actividade da
informação e propaganda
tendo em vista a nossa
situação real, com cons-
ciência que um grande
número de trabalhado-
res não sabem sequer o
que é a UNTG.

Teremos que concen-
trar a nossa atenção em
que tipo de estrutura
será mais adequada para
trazer os trabalhadores
a participarem nas acti-
vidades sindicais. Certa-
mente aproveitaremos
experiências anteriores,
mas muita coisa terá que
ser readaptada para as
exigências da evolução do
processo político actual.
Vivemos um momento
de criação no qual é pre-
ciso fazer esforços con-
sideráveis. Levamos tudo
isso em consideração, re-
flectindo nas necessidades
do país e na urgência em
superar o nosso atraso
para alcançar novos ob-
jectivos sociais e atingir
o desenvolvimento.

Em princípio acredita-
mos que a informação
deverá desempenhar um
papel muito importante
para capacitar os traba-
lhadores no aspecto po-
lítico e para que eles
percebam as responsabi-
lidades que possuem no
processo de reconstrução
nacional. Penso que não
teremos dificuldades em
obter um horário dispo-

nível na rádio para fazer
um programa destinado
à classe produtiva. De
acordo com esse projecto
seriam planeados pro-
gramas radiofónicos que
teriam a forma de uma
mesa redonda na qual
participariam represen-
tantes da UNTG e os pró-
prios trabalhadores. Aí,
poderiam ser abordados
problemas profissionais,
que seriam debatidos e
analisados conjuntamen-
te.

Outra iniciativa que
deveria estar ligada à
uma secção de informa-
ção e propaganda relacio-
na-se com a criação de
um boletim sindical. É
uma idéia que poderá ser
melhor elaborada. De
qualquer forma teria
grande utilidade um or-
gão informativo acessível
aos trabalhadores que
serviria de veículo para
divulgar os problemas
de cada sector e as acti-
vidades dos diferentes
nucleos constituídos em
locais de trabalho».

UMA CAMPANHIA DE POLITIZAÇÃO

«Já estabelecemos vá-
rios contactos com sindi-
catos de países amigos no
sentido de obter filmes
para projectar para gru-
pos de trabalhadores. Es-
sa é uma outra sugestão
que temos para contri-
buir também na dinami-
zação da vida sindical.
Teríamos que fazer um
projecto mais detalhado,
definir que tipos de
filmes seriam apro-
priados, escolher uma
equipa para se encarre-

gar disso que deveria
promover as condições
para a realização dessas
secções incluindo debates
e discussões entre os par-
ticipantes.

Todas essas activida-
des, por mais diversifica-
das que sejam, terão um
objectivo único: mobilizar
os trabalhadores. Nós
pensamos que é funda-
mental desenvolver uma
campanha de politização
entre as classes produtivas
para que, afinal,
um trabalhador saiba
porque se pede que ele
produza mais e melhor.
À primeira vista, um fun-
cionário pode considerar
essa exigência despropor-
cionada. Ele terá o sentido
dessa responsabilidade
só durante um processo de
consciencialização,
quando sentir que real-
mente participa na re-
construção nacional.

O Sindicato será rees-
truturado segundo esses
princípios básicos. Ainda
não há uma estrutura de-
finitiva, mas defendemos
para o futuro a criação
de um sindicato vertical,
em que os trabalhadores
estejam agrupados por
ramos de ocupação e não
por categorias profissio-
nais. Assim, toda a uni-
dade seria feita em tor-
no dos locais de trabalho
e haveria uma ligação
clara entre cada sector
de actividade. Por exem-
plo: indústria hoteleira
incluiria desde funcioná-
rios de escritório até em-
pregados de bar.

Creio que se a políti-
ca Central Sindical pas-
sar por uma reestrutur-
ação completa, os resulta-
dos serão positivos. Após
ampliar as bases e traba-
lho de dinamização pre-
tendemos que os traba-
lhadores já estejam capa-
citados para escolher os
seus representantes. Ac-
tualmente, nos núcleos
que foram constituídos,
os comités directivos são
escolhidos por votação,
mas apenas isso. Num fu-
turo próximo o Sindica-
to deverá tanto quanto
possível, ser um órgão
de base. Onde os traba-
lhadores participem de
eleições para designar os
seus representantes na
d direcção regional, na di-
recção nacional e que,
inclusive, sejam eles a
eleger o próprio secretá-
rio-geral da organização.

Na fase actual isso
ainda não é possível. Por
todas as deficiências que
temos, por tudo o que
falta fazer. E o Sindicato
só poderá cumprir os
seus objectivos reais
quando for um órgão
central de trabalhadores
eleito pela base, um ór-
gão representativo das
classes produtivas. En-
quanto isso não aconte-
cer ainda será necessário
que o Partido nomeie di-
rigentes para intensificar
o trabalho político. De
qualquer forma, mesmo
quando a organização
avancar, haverá sempre
uma colaboração estreita
entre dirigentes do
partido e representantes
sindicais».

Interligados

Trabalhadores agrícolas, pre-
tendemos aproveitar to-
do o trabalho desenvol-
vido pelas equipas de
alfabetização. Após as
campanhas de alfabeti-
zação teremos muito
a fazer junto do trabalha-
dor agrícola, para discutir
com ele os problemas.

A nossa actividade no
campo será muito im-
portante. Através da ini-
ciativa junto dos campo-
ses deveremos prepa-
rar condições para que
o Sindicato participe
também nas unidades de
produção. Ainda não, te-
mos uma estrutura defi-
nida para isso, mas a
nossa missão principal
será ser junto das
unidades de produção.
No país como o nosso,
com uma população ba-

sicamente agrícola, um
Sindicato nunca poderá
ser representativo se não
estiver representado jun-
to dos trabalhadores do
campo. Discutindo a
sua realidade, colaboran-
do na solução dos pro-
blemas da classe.

Os resultados obtidos
com esses projectos de-
verão definir as caracte-
rísticas principais da nos-
sa actuação. Antes de
qualquer coisa, o Sindi-
cato precisa contribuir
para solucionar o pro-
blema do desemprego.
Mas isso não poderá ser
feito em bases imaginá-
rias, partindo de algu-
mas manifestações desli-
gadas do nosso contexto
real. E nós sabemos que
para solucionar a ques-
tão de emprego é funda-
mental incentivar a vol-

ta dos trabalhadores pa-
ra o campo, para as suas
terras de origem, que
abandonaram com o iní-
cio da guerra.

O Sindicato nunca po-
derá exigir que os seus
apelos, com o objectivo
que os desempregados
voltem para o campo, se-
jam ouvidos, se não fizer
um trabalho de esclare-
cimento anterior. Tam-
bém não poderá querer
que essa palavra de or-
dem seja compreendida
se não estiver actuan-
do directamente nas uni-
dades de produção, jun-
to dos trabalhadores
agrícolas, lutando com
eles, lado a lado, para
superar dificuldades. To-
dos esses factores estão
relacionados e deverão
ser pensados conjunta-
mente.

Paralelamente a tudo
isso, o Sindicato procura-
rá também contribuir
com iniciativas que serão
mais uma tentativa no
sentido de aumentar os
postos de trabalho. Pen-
samos criar uma policlí-
nica para assistência aos
nossos sócios, possível-
mente estudaremos,
igualmente, as condições
abrir um cinema. Isso
não seria apenas para
auxiliar o Sindicato no
aspecto financeiro. Fun-
cionaria de forma rela-
tiva, para aumentar os
postos de trabalho».

Agora, os responsáveis
pela União Nacional de
Trabalhadores estão fa-
zendo um plano de re-
estruturação para apre-
sentar ao Governo. Pre-
tendem discutir a legis-
lação do trabalho e tal-

vez analisar a possibili-
dade de fixar um salário
mínimo para os traba-
lhadores do sector pri-
vado. Esses, ainda consti-
tuem a maioria dos só-
cios do Sindicato. Pa-
gam uma cota mensal
que varia em proporção
ao salário que possuem.
Os funcionários que re-
cebem até três mil pe-
sos, pagam 30 pesos ao
Sindicato, entre 3 mil e
5 mil pesos têm uma
cota fixada em 40 pesos.
Os que ganham mais de
5 mil pesos, contribuem
com 50 pesos. Além dis-
so, descontam oito por
cento para a Caixa de
Previdência Sindical. E a
entidade patronal paga
à Caixa 14 por cento so-
bre o total do salário que
atribui ao trabalhador.

«Discutiremos a legis-

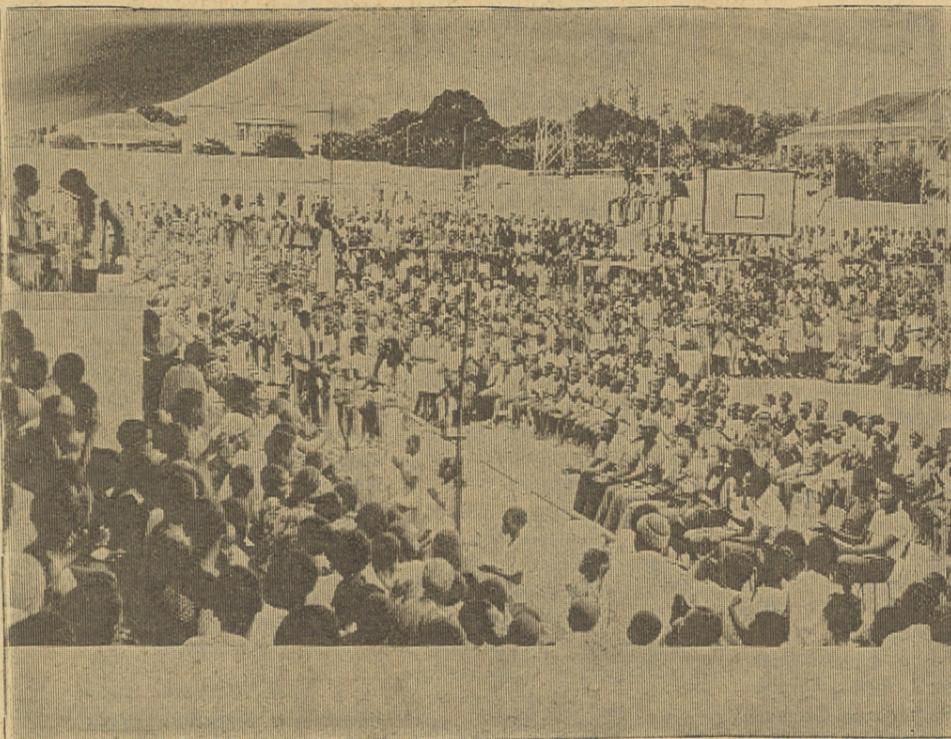
lação do trabalho con-
juntamente com os res-
ponsáveis pela Direcção-
-Geral de Trabalho. Esse
departamento, dependen-
te do Comissariado da
Administração Interna,
deverá funcionar em es-
treita colaboração com o
Sindicato. Nesta fase, já
avancamos algumas coi-
sas nesse sentido. Eu ti-
ve uma reunião com o
Comissário de Estado da
Administração Interna,
na qual estabelecemos
uma plataforma de en-
contros para coordenar
a actividade dos dois sec-
tores. Marcamos reu-
niões periódicas e even-
tualmente, no futuro, po-
deremos delimitar um
programa de trabalho».

CAMARADA MÁRIO CABRAL FAZ O BALANÇO DO ÚLTIMO ANO ESCOLAR: 65 POR CENTO DE APROVAÇÕES, 15 POR CENTO DE REPROVAÇÕES E 20 DE DESISTÊNCIAS

O camarada Mário Cabral, Comissário de Estado da Educação Nacional e Cultura, dirigiu na segunda-feira passada a abertura do ano lectivo de 1976/1977. Apresentou um balanço das actividades desenvolvidas, apontou as dificuldades encontradas e uma série de medidas que serão tomadas para criar um sistema de ensino de acordo com a realidade do país para servir os interesses do povo.

O encontro realizou-se segunda-feira à tarde no ringue de patinagem do Estádio Lino Correia. Compareceram: Fidélis Cabral de Almada, do Conselho Superior de Luta e Comissário da Justiça, Domingos Brito, do CSL secretário-geral do Comissariado da Educação e vários outros funcionários professores e estudantes. Também participaram dois técnicos da República Democrática Alemã ligados à educação.

Primeiro falaram Alfredo Cristóvão Gomes Lopes, em nome de alunos e Sene Sambú, da Comissão Nacional de Alfabetização, responsável pela Brigada Unidade e Luta de Região de Buba. Em seguida o camarada Mário Cabral analisou as dificuldades encontradas no ensino desde a entrada do Partido, salientando os esforços empreendidos na organização do novo sistema de ensino e a ajuda dos professores e responsáveis de educação que tornaram possível a realização dessas tarefas. Lamentou o fraco aproveitamento do ano anterior, em que houve 65 por cento de aprovações, 15 por cento de reprovações e 20 por cento de desistências. Apesar de aquele Comissariado não dispor ainda de dados suficientes que lhe permitam oferecer uma estatística geral Mário Cabral informou que no ensino



O camarada Mário Cabral fez uma análise das dificuldades para a evolução do ensino

primário houve um aumento de oito por cento de alunos, 15 por cento de seis por cento no Liceu.

Temos a lamentar que o nosso aproveitamento escolar não foi grande.

Este ano deverá haver uma maior aprovação de alunos resultantes de um melhor trabalho dos professores, da maior participação dos estudantes.» O Comissário informou que o ano lectivo 76/77 será chamado «ano II da Organização» e terá três tarefas principais: organização e mobilização de todas as escolas do país em torno do Terceiro Congresso do PAIGC, organização de uma campanha nacional de alfabetização, racionalização, sistematização e ligação da escola ao trabalho produtivo criação de um horário semanal no qual os estudantes do ensino secundário terão aulas durante cinco dias e um dia de trabalho produtivo.

Serão introduzidas algumas inovações no en-

sino com a criação da quinta classe experimental em algumas regiões e já existe uma alteração do programa de forma a poder criar um sistema único no país. Também a sétima classe, o primeiro ano do curso geral do Liceu (antigo terceiro ano) sofreu algumas alterações de acordo com o novo programa que será adoptado. A participação de todos os estudantes, a partir do quinto ano do Liceu, nas actividades pedagógicas, dando aulas, irá contar na sua classificação final. Mário Cabral afirmou que esta medida visa diminuir os encargos do nosso Estado no aspecto de educação, principalmente no aspecto da cooperação. Justificou: nós necessitamos da cooperação, mas isso não deve ser determinante no nosso ensino. Neste momento, por exemplo, não é possível iniciar as aulas do ensino secundário devido ao atraso da vinda dos professores portugueses.

Este ano haverá coope-

rantes soviéticos, alemães e cubanos que virão juntar-se aos cooperantes portugueses.

No final o camarada Fidelis Cabral de Almada, representando o Governo falou sobre o papel da educação na construção do progresso de um povo.

«Só podemos levar a cabo o nosso plano numa escola em que os alunos sejam disciplinados e o professor seja um exemplo de disciplina».

Ainda citou a participação dos alunos no trabalho produtivo, garantindo que o Estado fez um grande esforço para a instalação de uma fábrica ligada à agricultura, fábrica de sumo e compotas. *«Não devemos permitir de maneira alguma que essa fábrica fique parada por falta de produtos que estão ao alcance de todos nós. Cada um de nós, cada menino ou adulto deve fazer um esforço para semear uma árvore de fruto para contribuir assim para o lançamento de base da nossa economia».*

NO PINTCHA

Trisemanário do Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.
 Serviço Informação das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina.
 Redacção, Administração e Oficinas, Avenida de Brasil.
 Telefones: — Redacção 3713/3728. — Administração e Publicidade — 3726.
 Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:
 Um ano 400,00
 Seis meses 250,00
 Outros Países Africanos e Portugal:
 Um ano 500,00
 Seis meses 350,00
 Serviços de Distribuição e Venda do «NO PINTCHA» — Caixa Postal, 184.
 BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Higiene — Rua António N'Banja, telefone 2520.
 AMANHÃ — Moderna — Rua 12 de Setembro, telefone 2702.
 SEGUNDA-FEIRA — Central — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2887.
 Bombeiros — 2222.
 POLICIA; 1.ª Esquadra 3333 — 2.ª Esquadra — 3444
 CORREIOS; — Informação, 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelie 3775/7.
 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS;
 Águas e Electricidade 2411 — (das 7h às 17h)
 Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16h às 24h).
 Chegadas e partidas de navios — 2822/5

RADIO

SÁBADO — Primeiro Período de emissão:
 5h 55min — Abertura da estação; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10min — Programa em língua/Mandinga e Fulca; 7h — Noticiário/português/criolo; — Actualidades sonoras rep; 8h — Fecho da estação.
Segundo período de emissão
 11h 55min — Abertura da estação; 12h — Fim de semana; 13h — Música crioula; 13h 15min — Noticiário/português/criolo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra (criolo); 13h 45min — Protesto; 15h — Fecho da estação.
Terceiro período de emissão
 16h 55min — Abertura da estação; 17h — Noticiário/português/criolo/linguas; 17h 30min — Programa em linguas Balanta e Manjaco; 18h 45min — Agenda do dia; 19h — Resistência cultural; 20h — Noticiário/português/criolo 20e 30min — Mornas e coladeiras; 21h — Actualidades sonoras; 22h — Música variada 23h — Tempos novos; — 24h Fecho da estação.
DOMINGO — Primeiro Período de emissão:
 5h 55min — Abertura da estação; 6h — Canções da nossa terra; 6h 10min — Programa em língua/Fulca; 7h — Noticiário/português/criolo; — Actualidades sonoras rep; 8h — Educação sanitária; 9h — Selecção musical; 10h — Ligação à Sé catedral (missa); 10h 45min — 2 Curpo l Córson; 12h — Fala di África; 13h — Música crioula; 13h 15min — Noticiário/português/criolo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra (português); 13h 45min — Noites africanas; 14h 15min — Programa em língua Biáfada e Manjaco; 15h — Fecho da estação.
 16h 55min — Abertura da estação; 17h — Noticiário português/criolo; 18h — Programa em linguas Fulca e Mandiga 18h 45min — Agenda do dia; 19h — A semana no mundo; 20h — Noticiário/português/criolo; 20h 30min — Programa em língua Balanta; 21h — Actualidades sonoras; 22h — Onda semanal; 23h — Tempos novos; 24h — Fecho da estação.
SEGUNDA-FEIRA — Primeiro Período de emissão:
 5 55min — Abertura da estação; 6h — Canções da nossa terra 6h 10min — Programa em língua/Mandinga; 7h — Noticiário/português/criolo; —Actualidades sonoras rep.; 8h — Fecho da estação.
Segundo período de emissão
 11h 55min Abertura da estação; 12h — Canções Manjaca; 12h 20min — Selecção musical; 13h Música crioula, 13h 15min — Noticiário/português/criolo; 13h 30min — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra (português); 13h 45min — Programa da mulher; 15h — Fecho da estação.
Terceiro período de emissão
 16h 55min — Abertura da estação; 17h — Noticiário português/criolo/linguas; 18h 45min — Agenda do dia; 19h — Ano I de organização; 20h — Noticiário/português — ciolo; 20h 30min — Prevenção rodoviária (criolo) 21h — Actualidades sonoras; 22h — Catavento 23h — Tempos novos; 24h — Fecho da estação.

CINEMA

HOJE E AMANHÃ — As 18h 30min. «O Provinciano», com Gianni Morandi e Maria Gravia Duccella — m/10 anos. As 20h 45min «Lucky Luciano», realização de Francesco Rossi com Jean Marie Volonté e Rod Steiger — m/18 anos.
 SEGUNDA-FEIRA — As 20h 45min — filme a anunciar.

ANUNCIO

Compra-se

Uma casa germinada em Bissau. Os interessados devem contactar com o quarto 104 no Hotel Ancar.

Central Eléctrica de Bissau

Em virtude desta Direcção geral pretender efectuar tra-

balhos de manutenção na subestação distribuidora da Central Eléctrica de Bissau e nos postos de transformação, vem por este meio avisar a todos os consumidores

de energia eléctrica e águas da cidade de Bissau, que no domingo, dia 14 de Novembro de 1976, haverá no período das 8h às 12h um corte geral de fornecimento dos mesmos.

SAM NUJOMA, PRESIDENTE DA SWAPO

Africa do Sul tenciona utilizar a Namibia como base militar para agressao a paises independentes

«...A situação política na África do Sul continua a ser crítica. A África do Sul racista continua a aumentar os métodos de opressão e de intimidação contra o nosso povo, as torturas até à morte e a prisão de milhares de patriotas namibianos, com vista a suprimir a luta do povo namibiano pela autodeterminação e a genuína independência nacional», afirmou Sam Nujoma, presidente da Swapo numa conferência de imprensa realizada em Luan-da, capital da R.P.A.

Sam Nujoma começou por fazer uma análise da situação militar na Namibia:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a situação política na Namibia continua a ser crítica. A África do Sul racista continua a aumentar os métodos de opressão e de intimidação contra o nosso povo, as torturas até à morte e a prisão de milhares de patriotas namibianos, com vista a suprimir a luta do povo namibiano pela autodeterminação e a genuína independência nacional.

Além disso, o regime fascista da África do Sul multiplicou as suas bases e forças armadas na Namibia para mais de 50 mil homens. Esta escalada militar atingiu proporções alarmantes. A África do Sul tem agora uma grande base militar em Grootfontein, que é usada para abastecer as outras bases militares na parte norte da Namibia (em Epupa, Ruakana, Ohopoho, Omahenene, Ondakawa, Oshakati, Ondegwa Onuno, Enana Nkomgo, Hauwanga, Kwangari, Rundu, Andara, Mbwabata, Singalamwe e Katina Mulilo); as de Keetmanshoop no Sul, Walvis Bay no Oeste, Windhoek e Okahandjalin no Centro, Gobabis no Este e Tsumeb e Outjo imediatamente a Norte.

Esta escalada militar tem também a intenção de utilizar a Namibia como base de agressão contra os esta-

dos africanos independentes vizinhos, especialmente a República Popular de Angola.

As tropas fascistas estão também a treinar e a oferecer enorme apoio militar aos contra-revolucionários da Unita e da FNLA em Rundu, Grootfontein, Ondangwa e Changewa, enviando-lhes depois para a República Popular de Angola, na companhia de tropas sul-africanas, israelitas e outros mercenários, a fim de realizarem actividades subversivas.

Devido à efectividade das forças de guerrilha da PLAN em levar adiante a luta armada contra o inimigo, bem como ao tremendo sucesso da Swapo em mobilizar politicamente o Povo da Namibia para se opôr à ilegal administração da África do Sul e ao seu diabólico esquema dos bantustãos, ou o assim chamado desenvolvimento separado, o inimigo embarca agora numa outra intragável intriga, destinada a enganar a opinião pública e a causar confusão entre o Povo da Namibia, advogando um chamado estado unitário baseado numa confederação de grupos tribais ou étnicos.

Contudo, enquanto a racista África do Sul adianta os seus diabólicos esquemas

de balcanização da Namibia, alguns dos namibianos enganados por estas actividades estão a abandonar a multidão tribal de Turnhalle para se juntarem à Swapo.

A Swapo recebe com alegria todos os namibianos que viram a realidade de que a solução para a Namibia não é a divisão da Namibia nem do povo namibiano.

Gostaria, nesta altura de reformular a nossa chamada a todos os namibianos mal orientados e enganados, que se negaram a si próprios, para serem usados pelos inimigos contra as verdadeiras aspirações e legítimos interesses do nosso povo de se dissociarem, renunciarem as divisionistas actividades contra o povo da Namibia e se identificarem com o futuro da Namibia juntando-se à luta de libertação liderada pela SWAPO.

Em relação ao recente vai-vem diplomático de Kissinger, destinado a encontrar uma solução pacífica para os problemas do Zimbábue e da Namibia, a SWAPO é da opinião de que tal envolvimento não produziu qualquer resultado frutuoso em relação à Namibia.

Perante a continuada e nua agressão por parte da racista África do Sul contra o nosso povo, a SWAPO da Namibia resolve continuar a intensificar a luta armada para liquidar a administração sul-africana ilegal na Namibia e alcançar a verdadeira libertação nacional e a independência.

Em conclusão, gostaria de, em nome do Comité

Central da SWAPO, dos combatentes do PLAN e do povo da Namibia, expressar a minha profunda gratidão ao Presidente Agostinho Neto, ao Comité Central do MPLA, ao governo e ao povo militante da República Popular de Angola pela assistência material concreta e o apoio político e diplomático que continuam a oferecer à SWAPO.

Nós apenas podemos garantir ao Povo de Angola e a sua vanguarda, o MPLA, que a SWAPO não deixará uma pedra virar a sua luta armada para infligir uma esmagadora derrota ao inimigo racista, como foi o exemplo do MPLA quando ele invadiu a República Popular de Angola.

TROPAS ISRAELITAS AGEM EM CONJUNTO COM OS RACISTAS

Rádio Nacional: Camarada Presidente, estamos muito próximos de Namibia e temos recebido as notícias com muito atraso, gostaria que nos dissesse a que se fica devendo?

Presidente: A «SWAPO» está a intensificar a propaganda e a sua informação, levando a todos os países do mundo, sobretudo lá onde essa informação se faz sentir. Nós estamos fazendo um grande esforço para que os órgãos de informação estejam completamente informados da nossa luta. Devo também informar que o inimigo reconhece que as forças da guerrilha da SWAPO estão a operar no território namibiano, inclusive na própria capital, Windhoek. A República Sul-Africana, nas suas emissões, tem reconhecido que as guerrilhas estão

operando e que estão infligindo baixas ao inimigo e que neste momento temos zonas libertadas. A sua aviação está fazendo operação de reconhecimento para tentar destruir as nossas bases, mas nós temos conseguido com todo o sucesso susister o seu avanço e consolidar as zonas controladas pelas nossas guerrilhas.

BBC: A SWAPO afirmou que havia mercenários israelitas a combater com as tropas sul-africanas contra a Namibia. Pode o Presidente confirmar e dizer o tipo de operação e onde estão?

R — Nós sabemos que as forças israelitas agem em conjunto com as tropas sul-africanas no norte do nosso País. Essas informações foram confirmadas também por um soldado racista, que nós prendemos. Também fomos informados que armamentos e equipas actuam intensamente contra nós, esperando dentro em breve dar prova cabal da nossa informação.

REP. DEM. ALEMÃ: Como encara o facto de a República Federal Alemã na Namibia manter relações com o governo sul-africano?

R. — Consideramos que a manutenção de um consulado da República Federal Alemã na Namibia é contrária às decisões do Tribunal Internacional de Haia, conclusões essas que foram tornadas conhecidas em 1971 e contrárias também a todas as decisões e resoluções que tinham sido adoptadas no plano internacional. Consideramos que esta existência é um acto inamistoso e significa que a República Federal Alemã reconhece a ocupação ilegal do nosso país pelo governo racista sul-africano.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU CONDENA TODA A COOPERAÇÃO COM O REGIME RACISTA

NOVA IORQUE (TASS) — As resoluções adoptadas na terça-feira, durante as sessões plenárias da Assembleia Geral da ONU, indicam que a comunidade internacional reprova vigorosamente a política de «apartheid» aplicada pelo governo da África do Sul, assim como as perigosas manobras das potências ocidentais.

Estas últimas procuram perpetuar as ordens coloniais e racistas no sul do continente africano, e cortar a luta de libertação nacional que leva a cabo a população africana. Os delegados à Assembleia aprovaram nove resoluções que foram apresentadas por um importante número de países em vias de desenvolvimento e de países socialistas. Estas resoluções exprimem uma grande inquietação desses países face à situação extremamente perigosa, que se criou na África Austral.

A Assembleia Geral declara que o regime da África Austral é ilegal e não tem nenhum direito de representar o povo da África do Sul, estipula a resolução que é consagrada à situação em África.

A Assembleia Geral convida todos os estados a darem ao povo oprimido da África do Sul toda a ajuda necessária, na sua luta pela supressão do «apartheid».

Numa outra resolução, sobre o embargo feito às vendas de armas à África Austral, a Assembleia Geral constatou que o regime de Vorster utiliza largamente as armas provenientes dos Estados Unidos, Inglaterra, Israel e outros países do bloco ocidental para se entregar à repressão no sul do continente e a ataques contra países africanos. A Assembleia Geral convidou o Conselho de Segurança a tomar medidas urgentes

para assegurar, sem reservas, o embargo das vendas de armas à R.S.A. e anular todos os acordos militares concluídos com o regime racista da R.S.A. por certos países ocidentais membros da NATO.

A Assembleia Geral declarou que toda a cooperação com o regime racista sul-africano é um «acto hostil para com o povo oprimido da África do Sul, um insolente desafio lançado à O.N.U. e à comunidade internacional».

Os projectos de resoluções focando a política de «apartheid» das autoridades da R.S.A. e dos meios imperialistas cúmplices, obtiveram a realização por votos de apoio da maioria esmagadora dos países. Só um grupo pouco numeroso de países ocidentais, com os Estados Unidos à cabeça, votaram contra ou abstiveram-se.

Burundi: nomeado novo Chefe de Estado

BUJUMBURA (AFP) — O coronel Jean-Baptiste Bagaza foi nomeado na terça-feira Presidente da República do Burundi, pelo Conselho Supremo Revolucionário.

Greves em Espanha

MADRID (TASS) — Mais de 100 mil trabalhadores participam, actualmente, nas greves em Espanha. O movimento reivindicativo ganhou grande envergadura no norte do país, onde 30 mil operários da construção civil, metalúrgicos e estivadores recusaram apresentar-se ao trabalho enquanto as suas reivindicações, respeitantes ao aumento dos salários e à melhoria das condições de trabalho, não forem satisfeitas.

Carter: voto de 94 por cento dos negros

WASHINGTON (AFP) — Jimmy Carter beneficiou de votos de 94 por cento dos negros que foram às urnas em 2 de Novembro, indica uma estatística estabelecida pelo «Centro de Estudos Políticos». Este centro, organização sem objectivo lucrativo e sem filiação partidária, analisa frequentemente a situação dos negros. Segundo o estudo que foi realizado com 6 600 000 negros votaram a favor de Carter dando-lhe assim em sete estados vantagem sobre Gerald Ford. Estes estados totalizaram 11 mandatos eleitorais sobre um mínimo pedido de 270. Carter bateu Ford por 27 mandatos eleitorais. Alguns 7 por cento de negros inscritos como eleitores foram este ano às urnas, contra 60 por cento em 1972.

Declaração da Frolinat

PARIS (AFP) — «Pode esperar, que Françoise Claustre será libertada muitos dias antes do Natal», declarou na quarta-feira à Rádio-Montecarlo, um porta-voz da Frolinat (Frente de Libertação Nacional do Tchad). Este porta-voz respondeu à pergunta: «Pode-se esperar que Françoise Claustre seja libertada no Natal?». Esta declaração vem depois da afirmação pela Frolinat, em Amagel, que a etnóloga francesa está sob a responsabilidade da Frente, estando em seguranca e de boa saúde.

A situação no Líbano

BEIRUTE (AFP) — Os «capacetes Verdes» da Líbia Árabe começaram a movimentar-se durante a noite de terça para quarta-feira, enquanto, Beirute sofria um bombardeamento contínuo que prosseguiu até ao princípio da tarde de quinta-feira. Um porta-voz da Líbia Árabe anunciou que a fronteira de dissuasão progredia em todos os eixos que lhe tinham sido fixados. Os «capacetes verdes» sírios atravessaram as linhas da frente na região este de Beirute (Aley, Kahale) e progrediram até ao interior da região controlada pelas forças conservadoras. Chegaram os arredores — este de Beirute próximo do Palácio presidencial.

A Cicer pode produzir 15 milhões de litros de cerveja por ano.

Mas está a operar com apenas 10 por cento da potencialidade

A distribuição de cervejas e refrigerantes poderá ser diferente a partir do próximo ano. Com a utilização de garrafas retornáveis, a comercialização dos dois produtos será realizada em novos moldes no País. Mas esse será apenas um aspecto dentro de uma série de problemas que precisam ser superados para melhorar o funcionamento da Cicer — Companhia Industrial de Cervejas e Refrigerantes da Guiné-Bissau.

Recentemente, a capital passou cerca de duas semanas sem cerveja. Nessa época, o administrador da Cicer, João Cardoso, afirmou que a distribuição só seria normalizada na segunda quinzena de Novembro. Esse prazo não foi cumprido e, no fim de Outubro o produto já estava outra vez no mercado. O que aconteceu dessa vez, a impossibilidade de prever a produção da fábrica, são apenas exemplos que servem para demonstrar os problemas da Cicer. A falta de matéria prima, as condições de trabalho. O administrador explicou:

«A cerveja apareceu antes do tempo previsto por mero acaso. Isso aconteceu porque tivemos problemas de ordem técnica, falta de gás frêon. Estávamos em risco de perder todo o gás carbónico acumulado para o enchimento e tivemos que antecipar a fabricação porque, nestas condições seria impossível aguardar mais tempo.»

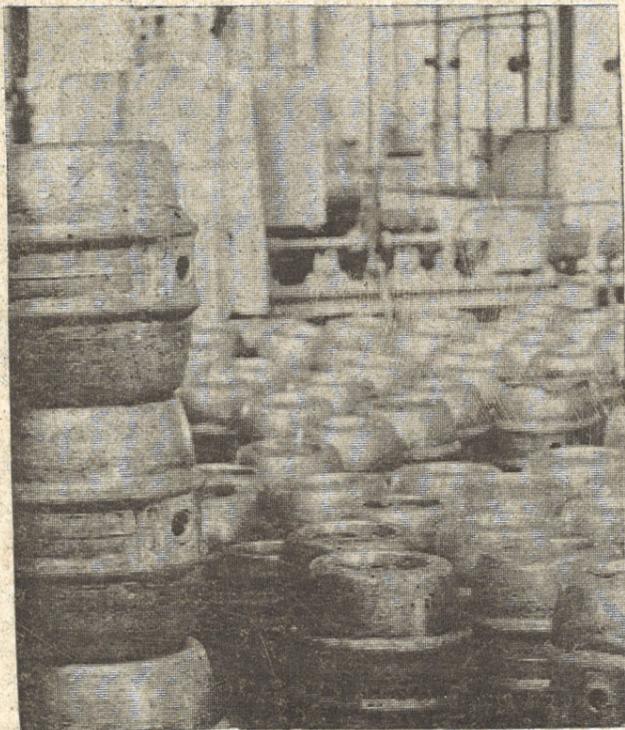
«A quantidade de cerveja que podemos fabricar depende das possibilidades do país a vários níveis, sobretudo da questão das cambiais, da abertura de crédito para a aquisição de matéria prima. Depende também do facto de haver ou não malte e arroz nos Armazéns do Povo. Estamos muito preocupados com essa situação. Primeiro, somos forçados a utilizar arroz porque não existe trinca de arroz para o fabrico da cerveja. Habitualmente usamos trinca de arroz ou griz de milho mas, como está em falta, somos obrigados a empregar arroz, mesmo sabendo que é um género essencial para a alimentação do nosso povo. Se não há esse cereal para a população, como poderá haver para uma fábrica de cerveja?»

MATÉRIA-PRIMA

A Cicer, às vezes, não fabrica cerveja durante semanas consecutivas. Motivo: falta de matéria-prima, de embalagens. Para contornar essa dificuldade só alguns

estabelecimentos comerciais podem comercializar o produto em latas, geralmente os que não possuem instalações para conservar os barris, com excepção dos hotéis. Por outro lado, uma parte da cerveja em latas destina-se a cobrir as neces-

pode ser elevada se aumentarmos os turnos de produção, pois a fábrica tem uma capacidade para 15 milhões de litros por ano. Se fizermos as contas podemos verificar que a fábrica neste momento opera utilizando menos de 10 por cento da



Metade da cerveja produzida pela Cicer é consumida pela população da capital

sidades do interior, já que em muitas aldeias há problemas para a conservação, falta de caixas frigoríficas e de instalações capazes de impedir alterações na temperatura.

Dois tipos de barril são utilizados no país. De 30 e 50 litros. Agora, nas últimas encomendas só foram pedidos vasilhames com capacidade para 50 litros. Serão utilizados nos bares onde o consumo é maior. Há bares que vendem cerca de dez barris por dia, outros apenas solicitam um ou dois barris diários e a própria distribuição é feita de acordo com o consumo de cada estabelecimento. Nos períodos em que falta cerveja, a quantidade existente é distribuída proporcionalmente entre o índice normal de venda de cada bar.

«Nós temos possibilidade, em condições normais, de fazer dois fabricos diários, cerca de 40 mil litros por dia. A cifra inclusivé

sua potencialidade.»

«Temos a preocupação de enviar latas para o interior onde há uma série de obstáculos para introduzir a cerveja em barril. Esse método só foi introduzido em Bafatá, Gabú, Cantchungo e Safim. Há dificuldades em obter gelo, problemas de refrigeração. A maior parte das latas vão para o interior e só fica aqui uma percentagem reduzida para fornecer às casas que não possuem instalações para a tiragem a copo. Se o produto chega ou não ao interior, não sabemos. A distribuição é assegurada pela Sociedade Ultramarina, agora Socomi, e pelos Armazéns do Povo.»

«A questão das latas constitui um dos nossos problemas fundamentais. Temos que utilizá-las por falta de outra alternativa. Custam bastante caro, são divisas que saem do país e, ainda por cima, não têm recupe-

ração possível. Servem para uma única vez e são jogadas fora. Em função, exactamente, da nossa situação económica e financeira estamos procurando incrementar ao máximo a comercialização de cerveja em barril para evitar a utilização das latas.»

«Isso, porém, só poderá ser resolvido com carácter definitivo em Maio do ano que vem, quando tivermos garrafas. Ai, já não estaremos dependentes de divisas para compra de latas. No início de 77 teremos uma situação normal, com programas pré-estabelecidos. As garrafas permitem um rendimento muito maior e a sua introdução no país permitir-nos-á deixar de comprar latas que, depois, são deixadas fora.»

O CONSUMO

O consumo anual de cerveja na Guiné-Bissau é avaliado em cerca de 3 milhões de litros. A capital, que absorve quase 50 por cento dos produtos do país, consome mais de 1 500 000 litros por ano. Mas esses números não são exactos. Por exemplo, após duas semanas sem cerveja, os habitantes de Bissau esgotaram 32 mil litros entre 28 de Outubro e 1 de Novembro. A Cicer no entanto ainda é incapaz de corresponder às necessidades do mercado.

«Temos consciência que ainda somos incapazes de satisfazer as exigências do consumidor. Não podemos porque, por exemplo, o nosso «stock» de barril está completamente esgotado. Nos primeiros dias deste mês distribuimos 32.500 litros em barris e 4 mil cartões de latas. E sempre procuramos assegurar o maior tempo possível as latas pois temos a certeza que se as enchermos e pusermos no mercado, desaparecerão de um dia para o outro. E não temos possibilidades de fazer melhor.»

«As últimas latas que vieram eram as que estavam previstas para Setembro e infelizmente chegaram atrasadas. Nós tentamos aguardar para esperar uma nova oportunidade e encomendar mais, mas isso depende de uma série de factores. O «stock» que temos é muito pequeno e vamos ten-

lar pelo menos obter mais latas para as festas do Natal. Mas tudo depende da situação financeira do país, das divisas.»

Neste momento a Cicer está numa situação altamente deficitária. É ainda uma empresa privada, que passará por um processo para converter-se numa sociedade de economia mista. A mudança radical na estrutura da empresa também poderá contribuir no futuro para a solução de algumas dificuldades. E além da falta de matérias-primas, das complicações de ordem técnica para a produção de cerveja, surgem obstáculos semelhantes para o fabrico de refrigerantes.

A industrialização desse produto está sujeita à falta de açúcar, de latas, de tampas. Por tudo isso é impossível até prever a produção diária. Nesta fase, a Cicer está a distribuir apenas laranja porque nas últimas encomendas de latas que foram feitas veio um «stock» maior de tampas para laranja e é a inscrição da tampa que diferencia os refrigerantes.

«A capacidade da fábrica abarca uma produção de 5 milhões de litros de refrigerantes por ano. Mas estamos longe de atingir esse índice. No entanto, o consumo de cola e limão é bastante inferior ao de laranja que está estimado em 60 por cento. A cola deve ter um consumo de mais ou menos de 30% e o limão de 10%. Agora, porém, só fabricamos um deles devido à falta de tampas para produzir os outros. Já encomendamos tampas para na época do Natal colocar os três géneros à disposição do público.»

No dia 27 de Outubro distribuimos 2 mil cartões com latas de laranja. Isso não foi possível antes porque a quantidade de latas existentes era insuficiente. Não havia interesse, em termos de produtividade da fábrica, encher 3 mil latas, fabricar 2 mil litros, por exemplo, se é mais rentável produzir 10 ou 20 mil litros de uma vez. E, além do mais, não há interesse em distribuir quantidades pequenas que esgotam rapidamente.

LIBANO (AFP) — Depois de uma acalmia de 30 horas, desenrolaram-se violentos combates no Líbano, em particular no centro de Beirute, onde foram trocadas rajadas de metralhadoras e obuses de morteiros. Entretanto, os «capacetes verdes» da força de dissuasão árabe, composta especialmente por 20 mil soldados sírios, continuam a marcar passo nos arredores da capital, depois de terem reaberto os principais eixos de comunicação. Segundo outras informações, os «capacetes verdes» poderiam dirigir-se, em vez de Beirute, a Tripoli, no norte do Líbano, e a Saida, no sul do Líbano.

NIGÉRIA (AFP) — As mulheres nigerianas poderão votar e candidatar-se às eleições Municipais que devem decorrer em todo o território no fim do ano. soube-se em Lagos. A decisão foi tomada pelo Conselho dos Governadores Militares dos 19 estados da Nigéria, reunida na capital sob a presidência do tenente-coronel, Olusegun Obasanjo, Chefe de Estado.

VIENA (AFP) — O Conselho dos governadores do Fundo Especial da OPEP decidiu dar uma ajuda de 200 milhões de dólares aos 45 países do Terceiro Mundo, considerados pelas Nações Unidas como os mais pobres do planeta. O dinheiro será distribuído sob forma de créditos sem interesses, reembolsáveis em 15 anos, depois de um prazo de cinco anos.

SAHARA (TASS) — A tensão que o conflito sobre o Sahara Ocidental gera na região, não é o verdadeiro problema, «porque a causa está situada na manutenção de uma situação de dominação colonial sobre o território do Sahara Ocidental e na recusa que continua a ser oposta ao povo sahariano para o exercício do seu direito à autodeterminação», declarou, perante a Comissão de Descolonização da Assembleia Geral da ONU, o representante da Argélia, Abdelatif Rahal: «Não se pode construir a paz na região sobre a recusa dos direitos do povo sahariano, como a paz no mundo não pode ser edificada sob o desprezo dos direitos dos povos, e em particular, dos que continuam a sofrer a dominação colonial». No Sahara Ocidental, prosseguiu Rahal, «há um povo que luta para conservar uma personalidade, que soube preservar através da história, este povo luta para conseguir a sua liberdade, para edificar a sua pátria e organizar a sua vida segundo as suas próprias tradições, e a forma como ele compreende os seus interesses».